

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1.a EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES PREFERENCIAIS DA DOCAS S/A.

Pelo presente instrumento particular **DOCAS S/A**, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, 52 - 10.o andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 33.433.665/0001-48, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **EMISSIONORA**, e **LECCA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 92.891.027/0001-30, sita a Rua do Carmo, 8 - 9.o andar, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **Agente Fiduciário**, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão, vêm emitir debêntures conversíveis em ações preferenciais da **EMISSIONORA**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A celebração da presente Escritura foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSIONORA**, realizada em 04 de novembro de 1.994.

II - DOS REQUISITOS

a) registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada **CVM**, na forma das leis 6.385, de 07 de dezembro de 1.976, e 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

b) arquivamento da ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou e aprovou a emissão de debêntures conversíveis em ações preferenciais da **EMISSIONORA**, será arquivada na Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro.

c) registro da Escritura

A presente escritura de emissão será registrada no cartório de registro de imóveis da sede da **EMISSIONORA**.

III - DOS TÍTULOS E SUA EMISSÃO

a) colocação

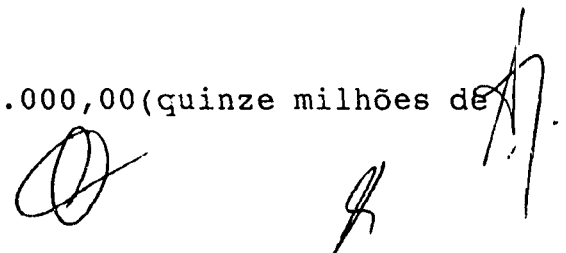
O lançamento será público, mediante a intermediação de instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição, previsto no artigo 33 da instrução **CVM** n.º 13 de 1.980.

b) data da emissão

Para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures será o dia 01 de dezembro de 1.994.

c) valor da emissão

O montante total da emissão será de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).



d) quantidade de debêntures

Serão emitidas 15.000(quinze mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais nominativas da **EMISSORA**, em uma única série, de valor nominal unitário de R\$ 1.000,00(hum mil reais).

e) prazo e data de vencimento

As debêntures objeto da presente emissão terão prazo de 5(cinco) anos, tendo portanto seu vencimento final no dia 01 de dezembro de 1.999.

f) forma

As debêntures serão nominativas, não endossáveis.

g) negociação

As debêntures serão negociadas junto ao SND(Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA(Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP(Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

h) espécie

As debêntures objeto da presente emissão contarão com garantia flutuante do ativo da **EMISSORA**.

i) preço de subscrição, integralização e pagamento

As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal, acrescido dos rendimentos-"pro-rata-temporis"- incorridos a partir da data da emissão até a data da efetiva subscrição, a qual dar-se-á em data a ser especificada no 1.o Anúncio de Início de Distribuição Pública, conforme deliberado e aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária de 04/11/1.994. O preço de subscrição será pago à vista.

j) atualização monetária

O valor nominal das debêntures não sofrerá atualização monetária.

l) rendimentos

As debêntures assegurarão juros equivalentes à variação da taxa ANBID, acrescida de 2%(dois por cento) a.a., conforme definido pela fórmula a seguir:

$$R = [V(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_n)(1,02)] - V, \text{ onde:}$$

R = rendimento de uma debênture, a ser pago em 01.12.1995.

a1, a2, an = variação mensal da taxa anual publicada pela ANBID, referente ao dia 01/12/1.995, com validade até a publicação da taxa anual ANBID referente ao dia do vencimento de **a1** e assim sucessivamente, até a publicação da taxa **an**, todas definidas pela seguinte expressão:

$$a_1, a_2, \dots, a_n = (1 + \text{ANBID})^{\frac{m}{360}}, \text{ onde:}$$

ANBID=variação anual da taxa publicada pela ANBID, na sua forma unitária e referente ao período que se quer apurar, ou seja relativa a **a1, a2, ... an**.

m = número de dias compreendidos pela validade da taxa ANBID, ou seja número de dias relativos a **a1, ou a2, ... ou an**, estabelecendo que os dias referentes a **an** serão aqueles compreendidos entre o vencimento de **an-1** e o dia 01.12.95.

V = Valor nominal de uma debênture.

m) prêmio

Conforme definido pela Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, será pago um prêmio aos debenturistas, em 01/12/1.995, o qual será definido pela seguinte expressão:

$$P = \left\{ V \left[\frac{365}{360} (1,12) \cdot (IPC_r) \right] \right\} - \left\{ \left[V(a_1 x a_2 x \dots a_n) (1,02) \right] \right\}, \text{ onde:}$$

P = Prêmio a ser pago, se houver.

IPC_r = Variação do Índice de Preços ao Consumidor, série r, referente ao período da data da emissão até o dia 01/12/1.995.

n) repactuação

Conforme aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, esta se compromete a recomprar as debêntures, em 01/12/1.995, de todos os debenturistas que não concordarem com as condições de remuneração a serem propostas pelo Conselho de Administração da mesma, para o período subsequente ao dia 01/12/1.995, mediante os seguintes procedimentos:

- Até o dia 20/11/1.995, a **EMISSORA** fará publicar nos jornais onde comumente faz publicações de interesse de seus acionistas, as condições de remuneração e o novo prazo de vigência das mesmas.
- Os debenturistas terão até o dia 27/11/1.995 para comunicar a sua intenção de não permanência com os títulos da **EMISSORA**. Será entendido como concordantes com os termos do novo prazo e nova remuneração, os debenturistas que não se pronunciarem formalmente contra esses termos, até a data aprazada.

o) conversibilidade

As debêntures objeto da presente Escritura serão conversíveis em ações preferenciais nominativas da **EMISSORA**, com base no seguinte critério:

$$\frac{V}{PE} = Q, \text{ onde:}$$

PE = preço de emissão da ação, que será igual a $\frac{PL}{NA}$, onde:

PL = Para efeito da conversão, o valor do patrimônio líquido da emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras da Companhia encerradas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício, efetivamente publicadas, atualizado, "pro-rata-temporis", com base nos mesmos índices de correção das referidas demonstrações.

NA= n.o de ações componentes do capital social da **EMISSORA**, na época da solicitação para conversão.

oa) As ações oriundas da conversão gozarão dos mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidas às ações da **EMISSORA** e farão jús às bonificações distribuídas a partir da data da solicitação para conversão. As ações oriundas da conversão das debêntures objeto desta Escritura, farão jús aos dividendos integrais a serem distribuídos pela **EMISSORA**, independentemente da data da solicitação para conversão.

ob) Os debenturistas exercerão a opção para conversão, mediante o envio de formulário próprio à **EMISSORA** ou a quem esta indicar, solicitando essa conversão de debêntures em ações preferenciais nominativas.

oc) Os valores referentes a rendimentos e/ou prêmios serão calculados "pro-rata-temporis" até a data da solicitação para conversão e serão pagos em espécie.

od) Durante a vigência das debêntures, caso a **EMISSORA** venha a fazer emissão de novas ações, a preços inferiores ao estabelecido neste item "o", os debenturistas poderão optar pela conversibilidade de suas debêntures, ao preço de emissão das novas ações, durante o prazo de preferência que vier a ser estabelecido.

oe) Caso a **EMISSORA** venha a declarar bonificações, desdobramentos ou grupamentos de ações, durante a vigência das debêntures objeto desta Escritura, será ajustado o critério de conversão previsto no "caput" deste item "o", de modo a que se mantenha a proporcionalidade existente no número de ações resultante da conversão da totalidade das debêntures e a quantidade total de ações da **EMISSORA**, existentes na data da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou e aprovou a presente emissão de debêntures.

p) amortização

As debêntures objeto da presente emissão não sofrerão amortização de nenhuma espécie.

q) juros moratórios

Caso a **EMISSORA** venha a incorrer em mora no pagamento de quaisquer valores previstos por esta Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros moratórios de 1%(hum por cento) a.m. e sobre esses incidirão o mesmo rendimento devido às debêntures, desde a época do vencimento até a data do pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

r) decadência dos direitos aos acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber seus valores, na época dos vencimentos previstos por esta Escritura ou em comunicação levada a efeito pela **EMISSORA**, não lhe dará direito a nenhum acréscimo sobre os valores

vencidos, ficando porém assegurado os direitos que tinha adquirido até a data do vencimento de cada valor não recebido na época do pagamento.

s) local do pagamento, prorrogação de prazos e publicidade

Os pagamentos previstos por esta Escritura serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da **EMISSORA**.

sa) Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária, até o 1.º dia útil subsequente ao do seu vencimento, caso este coincida com dia em que não haja expediente comercial ou bancário. Nesse caso não haverá acréscimo, sob nenhum título, sobre os valores a serem pagos.

sb) Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que de qualquer forma vierem a envolver interesse dos debenturistas, serão veiculados na forma de avisos ou editais, em jornais de circulação nacional.

t) vencimento antecipado

● **Agente Fiduciário** poderá declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto da presente Escritura e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal, rendimentos e prêmio, na ocorrência das seguintes hipóteses:

ta) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;

tb) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30(trinta) dias contados da comunicação formal a ser efetuada pelo **Agente Fiduciário**;

tc) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas nesta Escritura de Emissão de Debêntures; e,

td) a alienação do controle acionário da **EMISSORA**.

● A Assembléia Geral referida na cláusula I determinou um prazo de prioridade para que os atuais acionistas tivessem a preferência na subscrição das debêntures. Esse prazo foi definido como sendo de 5(cinco) dias corridos, contados a partir da 1.ª publicação do primeiro anúncio de distribuição pública das debêntures.

IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

aa) dentro de no máximo 60(sessenta) dias após o término do 1.º semestre de seu exercício social, cópias das demonstrações financeiras relativas a esse período;

ab) dentro de no máximo 90(noventa)dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;

ac) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 60, de 14.01.87 alterada pela Instrução n.º 73, de 22.12.87, nos prazos previstos nos artigos 16 e 17 da citada instrução;

ad) imediatamente, qualquer informação relevante ao acompanhamento por parte dos debenturistas, sobre o seu investimento, que venha a ser solicitada.

b) Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30(trinta)dias em mora com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura. Tal proibição cessará com a adimplência da **EMISSIONA**.

c) Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na **CVM**, nos termos da instrução n.º 60/87 e 73/87, bem como fornecer aos debenturistas, com periodicidade mínima de seis meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da lei n.º 6404/76.

d) Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições autorizadas a prestar esse tipo de serviço.

e) Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas usuais.

f) Não realizar operação fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

g) Realizar, no mínimo anualmente, reunião com analistas, investidores e demais participantes do mercado de capitais nacional, para prestar todas as informações referentes aos seus negócios, aos negócios de suas controladas e coligadas, bem como fornecer indicações que possam fazer com que os participantes vislumbrem as perspectivas dos negócios para os próximos períodos.

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSIONA** constitui e nomeia **Agente Fiduciário** da emissão objeto da presente Escritura, **LECCA DTVM LTDA.** retro qualificada, a qual aceita a nomeação para, nos termos da lei e normas da presente Escritura, representar, perante ela **EMISSIONA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

a) O **Agente Fiduciário**, dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

aa) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3.º, da lei 6404/76 e artigo 9.º da instrução **CVM** n.º 28/83, para exercer a função que lhe é atribuída.

ab) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura.

ac) Aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições.

ad) Não ter qualquer ligação com a **EMISSORA** que o impeça de exercer plenamente suas funções.

b) O **Agente Fiduciário** receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, honorários de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) a serem pagos da seguinte forma:

ba) R\$ 10.000,00 no ato da assinatura deste instrumento e R\$ 8.500,00, anualmente, no 1.º dia útil do mês de dezembro de cada ano, até o vencimento das debêntures, sendo que os pagamentos anuais serão atualizados pela variação do IPCr (Índice de Preços ao Consumidor série "r"), verificada desde o dia 01 de dezembro de 1.994 até o efetivo pagamento.

bb) A remuneração acima não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao desempenho das atividades de agente fiduciário, as quais serão pagas pela **EMISSORA**, exceto as viagens e estadias para a cidade do Rio de Janeiro, RJ.

bc) Em caso de mora de pagamento de qualquer quantia relativa à remuneração do **Agente Fiduciário**, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos mesmos juros de mora previsto por esta Escritura para as debêntures ora emitidas.

bd) A remuneração será paga na sua forma líquida, isto é, acrescida de ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (contribuição ao programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a prestação de serviços como agente fiduciário, com excessão do IR (imposto sobre a renda).

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese de todas as debêntures serem convertidas em ações preferenciais, antes do vencimento das mesmas, cessarão, a partir da data da última conversão, os direitos, obrigações e remuneração do **Agente Fiduciário**. Neste caso, a remuneração será calculada "pro-rata-temporis".

c) Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, assembléia geral dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário. A assembléia geral retro mencionada poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem no

mínimo 10%(dez por cento) das debêntures em circulação ou pela **CVM**. Na hipótese da convocação não ocorrer até oito dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetuar a convocação, sendo certo que a **CVM** poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar a escolha do novo agente fiduciário.

ca) Na hipótese do **Agente Fiduciário** não poder continuar a ~~exerc~~ suas funções, por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, ele deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

cb) É facultado aos debenturistas, após a distribuição das debêntures no mercado, procederem à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação do seu substituto, em assembléia geral especialmente convocada para essa finalidade.

cd) A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita a comunicação prévia à **CVM** e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8.º da instrução n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

ce) A substituição do **Agente Fiduciário**, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado no cartório de registro de imóveis, juntamente com a Escritura.

cf) O **Agente Fiduciário** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

cg) Aplicam-se às hipóteses de substituição do **Agente Fiduciário** as normas e preceitos baixados pela **CVM**.

d) Além de outros previstos em lei ou atos normativos da **CVM** e nesta Escritura, constituem deveres e obrigações do **Agente Fiduciário**:

da) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

db) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

dc) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados ao exercício da função;

dd) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha

conhecimento;

de) promover nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

df) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

dg) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;

dh) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;

di) solicitar, quando julgar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;

dj) convocar, quando necessário, a assembléia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado, por pelo menos três vezes, nos órgãos da imprensa nos quais a **EMISSORA** normalmente efetua as suas publicações;

dl) comparecer à assembléia de debenturistas, a fim de fornecer as informações que lhe forem solicitadas;

dm) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68 parágrafo 1.º, letra "b", da lei 6404/76, o qual deverá conter pelo menos as seguintes informações:

dma) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA**, ou o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela **EMISSORA**;

dmb) alterações estatutárias ocorridas no período;

dmc) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura do seu capital;

dmd) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

dme) aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**, realizadas no período, bem como os pagamentos da obrigações pecuniárias previstas por esta Escritura;

dmf) acompanhamento da destinação dos recursos captados ~~através~~ da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSIONORA**;

dmg) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

dmh) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSIONORA** neste instrumento; e

dmi) declaração sobre a sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.

dn) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSIONORA**, ao menos nos seguintes locais:

dna) na sede da **EMISSIONORA**;

dnb) no seu escritório, ou local previamente indicado;

dnc) na **CVM**;

dnd) nas instituições financeiras que participam da colocação das debêntures.

do) publicar, nos órgãos da imprensa em que a **EMISSIONORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição dos mesmos, nos locais acima definidos;

dp) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços;

dq) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

dr) notificar os debenturistas, se possível individual e formalmente no prazo máximo de noventa dias, de qualquer inadimplemento por parte da **EMISSIONORA** de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local onde fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

dra) à **CVM**;

drb) às Bolsas de Valores, quando for o caso;

drc) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição autorizada a funcionar por aquele Órgão.

e) O **Agente Fiduciário** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização dos seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

ea) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios conforme os termos da cláusula III. Tal declaração poderá ser efetuada na ocorrência de qualquer inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista por esta Escritura;

eb) tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;

ec) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**;

ed) requerer a falência da **EMISSORA** se não mais existirem garantias reais de recebimento dos créditos dos debenturistas, em atraso;

PARÁGRAFO ÚNICO: O **Agente Fiduciário** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens anteriores, se a assembléia geral dos debenturistas, por decisão unânime dos titulares de todas as debêntures, assim o autorizar. No caso do item "ed", a maioria dos titulares das debêntures, presente na assembléia geral, poderá deliberar pela não adoção da medida por ele contemplada.

f) A **EMISSORA** ressarcirá o **Agente Fiduciário** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

fa) O ressarcimento retro referido será efetuado imediatamente após a entrega a **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos proprietários das debêntures.

fb) As despesas sujeitas ao ressarcimento, de forma não exaustiva, compreendem inclusive as seguintes:

fba) publicação de relatórios, anúncios, avisos e notificações previstos por esta Escritura e outras que regularmente venham a ser exigidas;

fbb) extração de certidões;

fbc) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessário ao cumprimento das suas funções;

fbd) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis para determinação dos créditos ou direitos dos debenturistas.

fc) O crédito do **Agente Fiduciário** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos da comunhão de debenturistas, que não tenha sido ressarcido pela **EMISSORA**, será acrescido à dívida desta e gozará das mesmas garantias dadas às debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

g) Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **EMISSORA** deverá pagar-sem prejuízo dos demais valores previstos por esta Escritura-honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

VI - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura.

VII - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

a) Os titulares da debêntures de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral especial, a fim de deliberarem sobre matéria do interesse da comunhão dos debenturistas.

b) A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário**, pela **EMISSORA**, pela **CVM**, ou por debenturistas que representem no mínimo 10%(dez por cento) das debêntures em circulação.

c) Aplicar-se-á a assembléia dos debenturistas, no que couber, o disposto na lei 6404/76 para assembléia geral de acionistas.

● A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem 75%(setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação e em segunda convocação com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for designado pelos presentes, ou aquele que for designado pela **CVM**.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de apuração do quorum retro definido, serão excluídas as debêntures que estiverem em tesouraria da **EMISSORA** ou pertencerem aos seus controladores, do número total de debêntures emitidas.

e) Na hipótese de a assembléia não ter sido convocada pelo **Agente Fiduciário**, este deverá comparecer à mesma a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas pelos debenturistas.

f) Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

g) Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

VIII - DO FORO

Fica eleito o foro principal da Comarca da cidade do Rio de Janeiro-RJ, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta Escritura a **EMISSORA** e o **Agente Fiduciário**, em três vias e na presença de duas testemunhas que também a assinam.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1.994.

F- 127

DOCAS S/A

Alcuallo

LECCA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Testemunhas:

